



**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2025**  
**11ª LEGISLATURA - BIÊNIO 2025/2026**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco (05/12/2025), às 8h30min, no Auditório da Câmara Municipal de Espigão do Oeste/RO, realizou-se a Audiência Pública destinada à **apresentação e discussão dos Projetos de Lei n.º 125/2025 (LDO), 127/2025 (PPA) e 154/2025 (LOA), todos de iniciativa do Poder Executivo Municipal, referentes às Leis Orçamentárias do Município de Espigão do Oeste para o exercício de 2026, compreendendo o Plano Plurianual PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO e a Lei Orçamentária Anual LOA**, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal autoridades, servidores, representantes do Poder Executivo, vereadores e membros da sociedade civil. A sessão foi aberta pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Genezio Mateus, que, após agradecer a presença dos participantes, declarou instalada a audiência pública, ressaltando seu objetivo de garantir transparência e promover o debate das peças orçamentárias encaminhadas pelo Executivo. Foram convidados a compor a mesa o presidente da Câmara Municipal, senhor Amilton Alves de Souza; vereador Gilmar Loose, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, bem como a Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Delzira de Araújo Campos, que representou o prefeito. Após as saudações iniciais, o Presidente da Câmara destacou a relevância do momento e a necessidade de acompanhamento da população, inclusive pelas redes sociais, reforçando o caráter público e participativo do processo orçamentário. Na sequência, outros vereadores e autoridades se pronunciaram, reiterando a importância do debate para definição das metas e ações que orientarão o futuro do município pelos próximos anos, destacando a relevância do PPA, do planejamento das políticas públicas e das audiências realizadas pelo Executivo, tanto presenciais quanto online, como instrumento de diálogo com a sociedade. Em seguida, o Controlador Interno da Câmara, Sr. Sérgio de Carvalho, iniciou a apresentação técnica das peças orçamentárias. Explicou que o PPA constitui a visão estratégica do município para os quatro anos posteriores, definindo programas, metas e indicadores que orientam a gestão pública. Destacou que a LDO estabelece as metas fiscais e os parâmetros para a elaboração da LOA, enquanto a LOA detalha a previsão de receitas e a fixação das despesas para o exercício financeiro de 2026. Ressaltou que a audiência pública promove a participação social e atende à Lei de Responsabilidade Fiscal, reafirmando o compromisso da Câmara com a transparência e o controle democrático das contas públicas. Durante a exposição, foram apresentados dados orçamentários gerais, com destaque para as áreas de educação e saúde, que historicamente representam a maior parcela dos gastos públicos. Foi explicado que o orçamento apresentou alteração atípica no ano de 2026 devido à inclusão de recurso extraordinário vinculado à obra da rede adutora, o que resultou em discrepância momentânea no comparativo anual do PPA. Esclareceu-se também que o valor original do orçamento de 2026, inicialmente projetado em R\$ 157 milhões, foi ajustado após a inclusão da emenda destinada à

obra de abastecimento, alocada na Secretaria do Meio Ambiente, sendo essa a razão do destaque incomum atribuído à pasta no exercício referido. Foi exposto que a receita estimada para 2026 corresponde ao montante de R\$ 188.509.434,00 (cento e oitenta e oito milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais), sendo a maior parte proveniente de transferências correntes. Do total, cerca de R\$ 80 milhões correspondem às despesas com pessoal, evidenciando o peso da folha de pagamento no orçamento municipal. Abordou-se também a obrigatoriedade da reserva de contingência e o impacto dos investimentos destinados à rede adutora e às áreas de pavimentação, drenagem e recuperação de estradas vicinais. Ressaltou-se ainda a necessidade de equilíbrio fiscal e o atendimento aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a autorização legislativa para créditos suplementares de até 20% concedida ao Executivo. Na continuação da audiência, foram demonstrados os gráficos de participação das secretarias no orçamento municipal, destacando-se novamente educação, saúde e administração como áreas de maior impacto financeiro, além da excepcional ampliação da dotação da gestão ambiental. Comentou-se a proporcionalidade reduzida das pastas de cultura, esporte, lazer e agricultura, que historicamente mantêm orçamentos menores. Após a exposição, esclareceu-se o funcionamento da estrutura programática da LOA e sua função de evidenciar as prioridades da gestão municipal para 2026. Na sequência, o servidor tratou das emendas impositivas, informando que, cada vereador terá o limite individual de aproximadamente R\$ 241.527,27, que somadas totalizam 2% da receita corrente líquida, com a obrigatoriedade legal de destinação de 50% das emendas para ações de saúde. Informou ainda que, como os vereadores não apresentaram suas emendas dentro do prazo para apresentação em audiência, não fora possível a leitura individual, mas manifestou compromisso da Câmara em dar publicidade posteriormente à população. Foi também anunciada a inclusão, por iniciativa da própria Câmara Municipal, de uma emenda ao PPA destinada à regulamentação da contratação de serviços continuados com vigência superior a 12 meses, medida considerada necessária pela Procuradoria e objeto de recomendação do Tribunal de Contas. Neste momento, a Secretária de Planejamento, Sra. Lirvani Storch fez uso da palavra para esclarecer a razão da diferença identificada no orçamento de 2026 quando comparado aos demais anos do PPA, reiterando que se trata de requisito formal para aprovação do projeto da rede adutora, que exige a inclusão do valor total da obra, justificando o comportamento atípico do gráfico apresentado. Reforçou também a distinção entre "transposição" e "rede adutora", esclarecendo tecnicamente o uso correto dos termos. Após a abertura para perguntas e não havendo outras manifestações, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Genezio Mateus, agradeceu a presença de todos os participantes, autoridades e servidores, ressaltando a importância da audiência para o cumprimento das obrigações legais e para a transparência das ações públicas. Declarou encerrada a audiência pública às 9h19min. A presente audiência foi transmitida ao vivo e gravada, estando disponível no Canal de transmissão da CMEO na plataforma YouTube no link <https://youtu.be/Ps0cbb8Vc4o>

Sala das Comissões, 05 de dezembro de 2025.

**Amilton Alves de Souza - Presidente da CMEO**

## Genezio Mateus - Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE-RO - CNPJ: 04.391.603/0001-12

Rua Vale Formoso, nº 1896 - Bairro Vista Alegre - CEP: 76.974-000 Espigão do Oeste - Rondônia



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **Amilton Alves de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Espigão d' Oeste**, em 11/12/2025 às 12:58, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).



Documento assinado eletronicamente por **Genezio Mateus, Presidente Com. Finan. e Orçamento**, em 11/12/2025 às 19:23, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br](https://transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br), informando o ID **1290235** e o código verificador **F1B2057A**.

Referência: [Processo nº 56-26/2025](#).

Docto ID: 1290235 v1